
ICANN85 | Semana de preparação – Atualização sobre desenvolvimentos geopolíticos, legislativos e regulatórios
Terça-feira, 24 de fevereiro de 2026 – 8h30 a 9h30 IST

BECKY MCGILLEY

Olá e bem-vindos à atualização sobre desenvolvimentos geopolíticos, legislativos e regulatórios. Meu nome é Becky McGilley e sou gerente de participação remota desta sessão. Lembrem-se de que esta sessão está sendo gravada e é regida pelo Código de Conduta de Participantes da Comunidade da ICANN e pela política antiassédio da comunidade da ICANN.

Observem as seguintes diretrizes para participar desta sessão. Também vou publicá-las no bate-papo para vocês consultarem. Apenas as perguntas publicadas no espaço de perguntas e respostas serão lidas em voz alta, se houver tempo, e quando instruído pelo presidente da sessão. A sessão será interpretada em inglês, francês e espanhol. Todos podem usar o bate-papo.

Lembrem-se de que, no formato de webinar do Zoom, os bate-papos privados são possíveis apenas entre os apresentadores. Qualquer mensagem enviada por um apresentador ou uma pessoa a qualquer outra pessoa também será enviada aos anfitriões da sessão, aos coanfitriões e outros apresentadores. Agora, passo a palavra para Jamie Hedlund, vice-presidente sênior global de conformidade contratual e interação com o governo. Obrigada.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

JAMIE HEDLUND

Obrigado, Becky. Hola a todos e bem-vindos ao webinar sobre a interação da ICANN com o governo antes do ICANN85. Como Becky disse, meu nome é Jamie Hedlund e sou vice-presidente sênior global de conformidade contratual e interação com o governo. No webinar de hoje, membros da equipe de interação com o governo fornecerão uma visão geral dos desenvolvimentos geopolíticos, legislativos e regulatórios mais recentes.

Em Mumbai, a equipe também apresentará uma sessão chamada WSIS+20: Lições e próximas etapas, na segunda-feira, 9 de março, de 13h15 a 14h30, horário local. Vários membros da comunidade dirão suas opiniões sobre o panorama de IGN daqui para frente. O painel, moderado pela minha colega Janis Karklins, chefe de interação com o governo, incluirá também Sally Wentworth, presidente e CEO da ISOC, Kurtis Linquist, presidente e CEO da ICANN, Chengetai Massango, chefe da secretaria do IGF, Christine Arida, representante do Egito no Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais da ICANN, Chris Disspain, ex-membro da diretoria da ICANN, e Amrita Choudhury, diretora do CCAOI e membro do MAG do IGF na ONU.

Esperamos que algumas das informações fornecidas hoje, especialmente no espaço de OGI, sirvam como contexto para a sessão de Mumbai. Também esperamos que todos vocês possam estar lá e participar ativamente dessa discussão dinâmica e interativa sobre os desafios atuais e antigos que a comunidade

enfrenta em relação à governança da internet. Obrigado. Com isso, passo a palavra a Janis.

JANIS KARKLINS

Muito obrigada, Jamie. Olá a todos. Meu nome é Janis Karklins. Sou chefe de interação governamental na ICANN. Então, gostaria de apresentar rapidamente a programação do webinar. Começaremos hoje com uma apresentação das iniciativas legislativas e/ou regulatórias em diferentes partes do mundo. Em seguida, passaremos para as atualizações de diferentes organizações internacionais.

Depois de todas as apresentações, abriremos a palavra para qualquer comentário que os participantes tenham sobre essa parte do webinar. As perguntas que estiverem no espaço de perguntas e respostas serão respondidas. Com isso, gostaria de convidar o vice-presidente de participação de partes interessadas e diretor executivo para a Ásia-Pacífico, Sr. Samiran Gupta, para começar a apresentação dos desenvolvimentos regulatórios e legislativos na Índia. Samiran, por favor.

SAMIRAN GUPTA

Muito obrigado, Janis, será um prazer começar aqui. A digitalização da Índia começou em 2015, com o programa do governo que vinculava os números de telefone dos cidadãos a um número de identidade único, também conhecido como ADHA, e à conta bancária, a Interface Universal de Pagamentos, ou UPI. Foi

uma iniciativa única, que conectava os usuários de forma segura a suas contas bancárias para fazer pagamentos.

Essas três iniciativas tiveram o apoio de outra iniciativa do governo, conhecida como [00:04:56 - inaudível] Net, que começou a implementar conectividade de alta velocidade em vilarejos em todo o país. O uso da internet ganhou impulso durante esse período e chegou a um pico durante a pandemia de Covid-19. Hoje em dia, a ampla conectividade móvel da Índia dá suporte a entretenimento, e-commerce, serviços bancários, telemedicina e educação. Conforme o uso da internet aumentou, em 2025 chegamos a 950 milhões de usuários, as regulamentações foram atualizadas rapidamente. Em 2023, uma nova lei de telecomunicação e uma lei de proteção de dados pessoais digitais foram introduzidas.

O foco da nova legislação e das novas regulamentações estava relacionado amplamente ao conteúdo. Na última década, a Índia apoiou o modelo multissetorial de governança da internet, e os órgãos regulatórios sempre abrem consultas públicas antes de propor novas regulamentações ou emendar as existentes. Junto com esse grande crescimento digital, o governo da Índia se concentrou em criar uma estrutura de governança e apoio.

Vou dar alguns exemplos de como foi isso. Por exemplo, as regras estabelecidas na lei de proteção de dados pessoais digitais, promulgada em 2023, só entraram em vigor em 2025. Embora as regras tenham começado a ser aplicadas dois anos após a lei, isso

não foi por lentidão, mas sim por que o órgão regulador queria fazer consultas detalhadas para garantir a implementação efetiva.

Em nossa avaliação, as regras de proteção de dados são comparáveis às práticas internacionais e não devem oferecer barreiras de implementação às partes contratadas. Os desenvolvimentos regulatórios e legislativos recentes na Índia parecem ter foco predominantemente nas regras para o conteúdo. Isso está bastante alinhado ao padrão geral que vemos na região APAC. Por exemplo, os órgãos reguladores realizaram consultas públicas sobre regras que buscam abordar melhor as questões de direitos autorais.

Além disso, emendas às diretrizes para intermediários e o código de ética para mídia digital para abordar conteúdos criados ou modificados artificialmente entraram em vigor este mês. Parte do código inclui um requisito para que os intermediários da internet derrubem conteúdos gerados por IA ou deepfakes dentro de três horas caso seja determinado pelo governo. Atualmente, a evolução das taxas de transferência de conteúdo não indica um impacto imediato nas operações técnicas da internet.

No entanto, a ICANN continuará monitorando desenvolvimentos relevantes e se envolverá caso seja necessário. Estaremos à disposição para informar os desenvolvedores de políticas sobre as realidades técnicas da internet sempre que necessário. Com isso, passo a palavra a Angela, que falará mais sobre a região APAC. Obrigada.

ANGELA WIBAWA

Obrigada, Samiran. Bom dia, boa tarde e boa noite a todos. Primeiramente, gostaria de concordar com Samiran em que a tendência de abordar preocupações no nível do conteúdo parece ser comum em muitas jurisdições na região da Ásia-Pacífico. Como as questões relativas ao conteúdo não estão na alçada da ICANN, esse tipo de desenvolvimento normalmente não afeta a ICANN nem as partes contratadas.

No entanto, continuamos monitorando tudo para garantir que os reguladores não tentem inadvertidamente utilizar abordagens técnicas para abordar preocupações ao nível do conteúdo. Algumas novidades recentes que chamaram minha atenção pessoalmente incluem aquelas relacionadas ao uso das redes sociais por crianças e, claro, ao conteúdo em si. Um exemplo é a lei preliminar da China para controle e prevenção de crimes cibernéticos.

Nessa versão preliminar, a China está planejando exigir que os provedores de registro de nomes de domínio tomem medidas contra registros maliciosos ou nomes falsificados, incluindo aqueles nomes de domínio que foram usados para atividades ilegais ou criminosas. Ou seja, incluir os provedores de nomes de domínio como agentes que podem ajudar a combater o problema. O crime cibernético não é muito comum na região da Ásia-Pacífico, portanto, continuaremos monitorando a situação e interagindo com os órgãos reguladores quando necessário.

Além disso, também há uma tendência em que os órgãos reguladores da região da Ásia-Pacífico se concentram em revisar ou modernizar suas regras de segurança cibernética. Isso é, sem dúvida, oportuno, uma vez que os incidentes cibernéticos atualmente não são mais apenas questões técnicas isoladas, mas podem ter um impacto enorme no sustento de muitas pessoas.

Alguns exemplos notáveis são as medidas de gestão de denúncias de incidentes de segurança cibernética e a alteração das leis de segurança cibernética na China. Os dois são desenvolvimentos notáveis, com os quais os desenvolvedores da China deveriam se familiarizar. Singapura também finalizou a emenda de sua lei de segurança cibernética, e Hong Kong implementou a lei de proteção de infraestruturas críticas. Enquanto as regras de segurança cibernética...

BECKY MCGILLEY

Desculpe, Angela, desculpe. Você poderia falar um pouco mais devagar para os intérpretes? Eles não estão conseguindo acompanhar. Obrigada.

ANGELA WIBAWA

Ok, vou tentar. Embora as regras de segurança cibernética que observamos não tenham impacto direto na operação da ICANN, aconselhamos as partes contratantes a se familiarizarem com elas e sua evolução, pois as organizações precisarão cumpri-las, visto que prestam serviços relacionados a ICT para as jurisdições.

Por fim, para promover a implementação de algumas dessas regulamentações e garantir uma aplicação consistente, algumas jurisdições continuam se esforçando para desenvolver ou atualizar seus padrões nacionais. Eles fazem isso ocasionalmente, exigindo a adoção de alguns padrões técnicos nacionais. Embora a ICANN não possa monitorar todos os desenvolvimentos de padrões, ocasionalmente nos deparamos com alguns interessantes.

Por exemplo, a China atualizou recentemente seus padrões nacionais sobre o protocolo de gerenciamento de segurança de infraestrutura de chave pública. Resumindo, a região da Ásia-Pacífico é uma região dinâmica que continua se adaptando para tirar proveito do desenvolvimento digital. Embora muitos órgãos reguladores dessa região observem regiões mais consolidadas, como a UE, em busca de tendências em regulamentação, eles não se limitam a copiar e colar.

Normalmente, os órgãos reguladores priorizam temas que são importantes para o seu país e que estejam alinhados com as suas prioridades. Isso pode variar entre as jurisdições. Enquanto para alguns a motivação econômica guia suas prioridades, para outros, valores subjetivos têm precedência e, se necessário, eles agem com rapidez.

Como Samiran disse, continuaremos monitorando desenvolvimentos relevantes nessa região, na região da APAC, e compartilharemos informações relevantes com a comunidade, se disponíveis. Com isso, encerro a minha parte e passo a palavra a

Elena, que fala ainda mais rápido do que eu, então boa sorte. Muito obrigada por essa oportunidade de falar. Elena, por favor.

ELENA PLEXIDA

Obrigada, Angela. A boa notícia é que não vou falar muito. Então, aguentem um pouquinho. Passando para a União Europeia, uma área que sabemos que produz muito, e, na verdade, se me permitem parafrasear a canção popular, este é um período em que chovem iniciativas na UE, seria de esperar que nos lembrássemos rapidamente dos temas predominantes; a soberania digital, claro, não é um tema predominante só na União Europeia e na Europa, mas também em outras partes do mundo.

Por que mencionar isso no contexto desta sessão? Primeiramente, não seria uma sessão de atualização geopolítica sem mencionar o tema que o mundo todo está discutindo. E, é claro, são muitas discussões. Não se trata de nós, mas sim de IA, de nuvem, de fabricação de chips, mas aqui e ali, em alguns casos muito raros, vemos a sigla DNS sendo mencionada.

Então, no que diz respeito à discussão europeia, porque é uma discussão em curso, não é nada definitivo nem nada do gênero, fizemos o relatório Eurostack, entre outros, referindo-nos ao DNS, mas foi apenas uma referência. Em decorrência da era digital, diversas medidas de segurança da cadeia de suprimentos foram implementadas. Outra tendência predominante na União Europeia neste momento é a simplificação, ou seja, não se trata de criar mais leis, mas sim de simplificar.

Vou passar a palavra ao meu colega, Dimitris, que vai falar sobre iniciativas individuais. Vamos mencionar essas iniciativas porque elas fazem referência especificamente ao DNS ou precisam ser levadas em consideração no trabalho da comunidade da ICANN ou podem ser relevantes para a base técnica da internet. Obrigada. Pode falar, Dimitris.

DIMITRIS ZACHARIAS

Obrigado, Elena. Olá a todos. Meu nome é Dimitris e vou tentar falar devagar, também. Começaremos com a primeira, uma iniciativa regulatória que observamos e achamos relevante informar a vocês, que é o regulamento digital único. Proposta em 25 de novembro, ela inclui um conjunto de emendas técnicas à legislação, como o RGPD, por exemplo, com o objetivo de otimizar a aplicação das regras digitais na UE.

Os principais objetivos da proposta são simplificar as regras existentes, como Elena mencionou, em uma ampla variedade de temas, da inteligência artificial à segurança cibernética e os dados. Ela propõe a harmonização de várias leis digitais existentes para simplificar as coisas e reduzir a complexidade para que as entidades possam cumprir essas obrigações na União Europeia.

O regulamento digital único propõe esclarecer as definições de dados pessoais e anonimização pseudoanonimizada. Peço desculpas aos intérpretes. Sob o RGPD e concessões ampliadas para dados em categorias especiais. A iniciativa também estabelece um único ponto de entrada para a denúncia de

incidentes sob várias leis diferentes na União Europeia, seja em relação a dados pessoais ou à estrutura de privacidade e proteção ou segurança cibernética na UE.

Além do regulamento digital único, em janeiro, a Comissão Europeia propôs um novo pacote de segurança cibernética, incluindo duas iniciativas regulatórias. A primeira é uma emenda específica à diretiva NIS2, uma diretiva sobre segurança cibernética com referência específica ao DNS. E a emenda complementa o ponto de entrada único, que foi estabelecido pelo regulamento digital único, que mencionamos anteriormente, e visa aumentar a clareza jurídica e facilitar a supervisão de entidades transfronteiriças dentro da UE.

A alteração estende a regra geral de limite de tamanho, introduzida com a diretiva NIS2, aos provedores de serviços de DNS. Isso significa que, com a emenda proposta, que não está finalizada, será o início do processo legislativo. A diretiva não se aplicará aos provedores de serviços de DNS que não se qualificam como empresas de médio porte ou que excedam os limites máximos para essa classificação com base na legislação secundária da UE.

A segunda parte desse pacote é a nova Lei de Segurança Cibernética, um regulamento que se concentra em três áreas principais: estabelecer uma estrutura de segurança para a cadeia de suprimentos de ICT, propor uma nova estrutura europeia de certificação de segurança cibernética para simplificar e agilizar o processo e reforçar a agência responsável pela cibersegurança na

UE, chamada ENIZA. A proposta reconhece ainda a importância crítica do núcleo público da internet aberta, seus principais protocolos e infraestrutura, e o DNS, que, de acordo com essa regulamentação, é considerado uma função essencial da rede de telecomunicações eletrônicas móveis e fixas.

A Comissão Europeia abriu uma solicitação para que as partes interessadas possam dar a sua opinião sobre essas três iniciativas de regulamentação, e todas as informações, juntamente com os links ativos, estarão disponíveis na página da ICANN muito em breve. Próximo slide, por favor. Obrigado. Passando para a última iniciativa regulatória sobre a qual gostaríamos de chamar a atenção de vocês, é a Lei de Redes Digitais, que também é uma regulamentação.

Tem muita força jurídica, e também foi introduzida em janeiro pela Comissão Europeia. E a meta é atualizar as regras atuais sobre redes de conectividade. A proposta da Lei de Redes Digitais visa substituir o atual código de comunicações, que é o quadro regulador das comunicações eletrônicas na UE, e abordar as fragmentações nos mercados internos.

A proposta mantém os princípios da neutralidade e inclui também um mecanismo para esclarecer as regras da internet aberta para serviços inovadores. A Lei de Redes Digitais também introduz um procedimento de conciliação entre entidades através de um mecanismo de resolução de litígios no nível da UE, que resultará em uma decisão vinculante do regulador, o que reaviva e revigora

os debates sobre as taxas de rede que vimos em Bruxelas e em toda a UE.

Passando para as iniciativas não regulamentares que também gostaríamos de destacar, começamos com o plano de ação proposto pela comissão para combater a fraude online, que incluiu uma consulta pública da qual a ICANN participou, apresentando a sua contribuição. O plano de ação tem como objetivo promover medidas de prevenção de fraudes e, conforme vimos na solicitação da comissão, analisar o abuso do sistema de nomes de domínio, entre outras áreas.

E sobre esse tema, a proposta da ICANN recomendou distinguir entre os principais facilitadores de fraude e os componentes técnicos auxiliares que desempenham um papel mais limitado, como o DNS. E no que diz respeito aos danos causados pelo DNS, a ICANN destacou o trabalho da comunidade para reforçar a segurança do protocolo do DNS e combater o uso indevido de nomes de domínio, conhecido como abuso de DNS.

Outra iniciativa não regulatória é o BEREC, sigla para Organismo Europeu de Reguladores de Comunicações Eletrônicas, que lançou uma solicitação de contribuições para orientações sobre a divisão da rede 5G. A ICANN apresentou uma contribuição ao BEREC enfatizando como o modelo atual da internet continua relevante em um mundo 5G e os riscos de utilizar a divisão da rede 5G no sistema de identificadores.

Temos mais três pontos antes de passar para outra região. Em primeiro lugar, temos as discussões em andamento no nível da UE relativas à redução da retransmissão não autorizada de eventos esportivos e transmissões ao vivo, com foco na remoção imediata do conteúdo e na utilização de medidas cautelares dinâmicas para impedir a publicação de conteúdo ilegal em blogs. Há muitas conversas acontecendo em nível nacional entre os diferentes estados-membros da UE, e normalmente elas levam a muitas discussões semelhantes sobre bloqueio de DNS e filtragem de IP.

Além disso, gostaríamos de chamar a sua atenção para o trabalho que está sendo desenvolvido no fórum multissetorial sobre a implementação de padrões da internet, lançado pela Comissão Europeia em conformidade com a diretiva NIS2. E já iniciou suas reuniões em suas diversas frentes de trabalho. Sabemos que vários membros da comunidade são ativos nesse fórum.

E, para finalizar, gostaria de mencionar um projeto de pesquisa que a Comissão Europeia assumiu em relação à Web 4.0 e aos serviços de nomes baseados em blockchain. O trabalho descrito nesse relatório de análise está em andamento e se concentrará na avaliação de cenários de risco para a implantação de serviços de nomenclatura baseados em blockchain. Com isso, espero ter simplificado o assunto, e aguardo as questões de vocês. Vou passar o microfone a Jamie. Obrigado.

JAMIE HEDLUND

Obrigado. Temos apenas algumas atualizações dos Estados Unidos. Um assunto sobre o qual já falamos anteriormente é a chamada Lei de Denúncias de Incidentes Cibernéticos, aprovada em 2022, que, no geral, exige que os operadores de infraestrutura crítica denunciem incidentes cibernéticos ao Departamento de Segurança Nacional, CISA, dentro de 72 horas. Essa legislação não era autoexecutável. Ela exigia que o Departamento de Segurança Nacional, CISA, desenvolvesse uma regra que, então, entraria em vigor.

Essa regra deveria ter sido publicada e finalizada em outubro do ano passado, mas foi adiada pelo menos até maio. Antes da recente paralisação do Departamento de Segurança Nacional devido a problemas orçamentários em Washington, havia planos para oferecer workshops para as entidades que seriam impactadas por uma regra final. Tanto a publicação da regra quanto os workshops em si poderão sofrer mais atrasos.

E, por enquanto, não há uma regra final. É claro, como eu mencionei antes, de acordo com a regra proposta, a ICANN, a IANA e os RIRs ficariam isentos do requisito de denunciar incidentes de segurança cibernética ao governo dos EUA. Essas entidades continuariam denunciando incidentes cibernéticos, mas não a um governo único.

Outro ponto importante que talvez valha a pena mencionar é que a NTIA, a agência do Departamento de Comércio que esteve mais envolvida com a ICANN ao longo dos anos, e o Departamento de

Estado continuaram demonstrando apoio à ICANN e ao modelo multissetorial de governança da internet durante as discussões da WSIS+20 da ONU em Nova York.

Em dezembro do ano passado, a secretária-adjunta Ariel Roth, da NTIA, fez um discurso em uma reunião de parceiros de ITU, no qual citou especificamente o apoio desta administração ao modelo multissetorial. Ela e o estado também continuam fazendo campanha pela renovação do mandato de Doreen Bogdan-Martin como Secretária-Geral da ITU. A ICANN colaborou bem com a ITU e com a Secretária-Geral Bogdan-Martin, particularmente quando ela era chefe do Setor D.

Então, vemos isso como sinais positivos do apoio contínuo do governo dos EUA ao nosso modelo de governança da internet e à ICANN em geral. Com isso, passo a palavra a Elena, que vai falar sobre os desenvolvimentos no Canadá.

ELENA PLEXIDA

Obrigada, Jamie. Serei muito breve. Como mencionamos no início, uma das tendências mundiais é o debate sobre a chamada soberania digital. Como eu mencionei, novamente, no início, isso não tem a ver conosco, com a nossa camada da internet, mas, aqui e ali, há algumas menções do DNS. Colocamos o Canadá aí porque queríamos chamar a atenção de vocês para o fato de que, há alguns meses, houve uma carta de várias partes interessadas ao primeiro-ministro do país exigindo essa soberania. E, nessa carta, havia uma

pequena, senão minúscula, referência ao DNS. Obrigado. Agora, vou passar a palavra a meu colega Alexey.

ALEXEY TREPYKHALIN

Obrigado, Elena. Olá a todos. Alexey Trepikhlin, para registrar. A partir de 1º de março de 2026, a Roskomnadzor, agência responsável pelo monitoramento da internet na Rússia, será responsável pela gestão centralizada do segmento russo da internet em caso de ameaças à integração desse segmento com a internet localizada em um ou mais territórios estrangeiros, ou se houver ameaças ao funcionamento do segmento russo da internet em sua própria jurisdição, ou ainda se as ameaças forem direcionadas à integração de redes técnicas com números de sistema autônomo localizadas em regiões da Federação Russa, causando falhas de conexão.

Além disso, o governo publicou recentemente regras preliminares para os ccTLDs russos no registro de nomes de domínio. Uma das cláusulas preliminares que ainda está na etapa de discussão pública está relacionada aos centros de coordenação. O ponto 35 dessas novas regras diz que, em caso de ameaças ao funcionamento e à segurança do registro de nomes de domínio e/ou da infraestrutura de DNS de nível superior .ru, .rf e .su, o coordenador tem o direito de delegar ao centro técnico a suspensão do acesso ao registro de nomes de domínio ou a limitação temporária da atividade nos nomes de domínio

indicados. O texto ainda é um rascunho, e estamos observando o andamento de perto. Obrigado. Passo a palavra a Veni.

VENI MARKOVSKI

Obrigado, Alexey. Podemos passar para o próximo slide. Obrigado. A equipe de interação com o governo, ou GE, abrange várias organizações intergovernamentais, e, em breve, meus colegas vão falar sobre duas delas, que acompanhamos de perto. Acompanhamos de perto essas organizações porque elas têm discussões que poderiam impactar a missão da ICANN ou que a abordam diretamente.

São a Organização das Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações, mas também existem outras organizações, e eu mencionei apenas uma, a UNESCO, mas também temos a OMC, a OMPI, o PNUD, o DESA da ONU, [00:31:51 - inaudível], o ECOSOC, tudo isso, e agora todas essas variações significam algo para nós e não necessariamente significarão algo para alguns dos participantes destes seminários.

Mas todas essas organizações e muitas outras estão envolvidas em questões que mais ou menos têm algo a ver com a missão da ICANN. A GE trabalha em parceria com nossos colegas de participação global de partes interessadas, o escritório do Diretor de Tecnologia, as equipes de Comunicação e outros para garantir que estejamos abordando esses assuntos em outras organizações com recursos adequados e fornecendo feedback sempre que possível, além de todos os briefings necessários aos estados-

membros que participam dessas organizações intergovernamentais.

Foi uma abordagem muito bem-sucedida, que teve resultados muito positivos. Jamie mencionou há pouco as negociações da WSIS+20, cujo resultado foi o documento final da WSIS+20, que foi muito bom do ponto de vista da ICANN.

Por último, mas não menos importante, também estamos empenhados em trabalhar com as nossas organizações de apoio e com os comitês consultivos, que foram muito ativos durante o processo da WSIS+20, e que esperamos que continuem colaborando com a GE nos próximos anos. Agora, de volta aos meus colegas para obter informações mais concretas sobre a ONU e a OIT. Alexey, acho que é sua vez.

ALEXEY TREPYKHALIN

Obrigado, Veni. Estamos analisando a permanência das discussões e deliberações na ONU sobre questões cibernéticas, de ICT e digitais nas três primeiras comissões da Assembleia Geral da ONU. Na última semana de janeiro, acompanhamos os trabalhos da primeira sessão da conferência dos Estados Partes da Convenção Global sobre Crimes Cibernéticos, que não chegou a um consenso sobre a elaboração das regras da conferência.

A discussão sobre a adoção dessas regras pode continuar este ano ou no ano que vem. Existe também um novo mecanismo global sobre os desenvolvimentos na área de ICT no contexto da segurança internacional e da promoção de um comportamento

estatal responsável na utilização de ICTs. A sessão organizacional será realizada no final de março, e também será tomada uma decisão sobre a data exata da primeira sessão significativa.

Ouvimos dizer que será em meados de 2026. As discussões no segundo comitê, com mandato do ECOSOC, são sempre uma prioridade para a ICANN, pois somos membros do ECOSOC e continuaremos acompanhando-as, especialmente aquelas concentradas no âmbito do mandato do CSTD.

Por último, mas não menos importante, a nova permanência do IGF. E com isso vem a questão do financiamento. Por isso também estamos interessados em ver como as discussões sobre esses assuntos se desenrolam no quinto comitê da Assembleia Geral da ONU, que debaterá as questões de orçamento da ONU. Vou parar por aqui e passar a palavra a Elizabeth.

ELIZABETH OLUOCH

Muito obrigada, Alexey. Olá a todos. Próximo slide, por favor. Antes de falar sobre alguns dos principais compromissos da ITU este ano, quero refletir sobre a Conferência Mundial de Desenvolvimento de Telecomunicação 2025 em Baku, Azerbaijão. A ICANN tinha uma pequena delegação em Baku, formada por Janis, Angela e eu.

Nossos objetivos eram claros: promover o modelo multissetorial de governança da internet, aumentar a inclusão digital e reforçar nossas parcerias com a ITU, seus estados-membros e membros do setor. Tenho o prazer de informar que a conferência terminou com

resultados positivos para a ICANN e a internet global interoperável. Só quero destacar alguns dos principais resultados.

Em primeiro lugar, a Declaração de Baku, que é um compromisso político não vinculante, reforçou a colaboração multissetorial como um fator essencial para uma conectividade significativa e mencionou a variedade de idiomas como um fator, entre outros, para abordar a lacuna de uso da internet. Em segundo lugar, a resolução do WTDC relativa à variedade de idiomas e aos IDNs foi revista para enfatizar a aceitação universal e a internacionalização de endereços de e-mail, ou EAI.

Também mencionou o relatório anual da ICANN sobre a preparação para a aceitação universal. Pela primeira vez, vimos uma mudança significativa na conscientização governamental sobre IDNs e a aceitação universal. O reconhecimento é um resultado de vários trabalhos de desenvolvimento de capacidades feito pelas nossas equipes de GSE e IDN, além de nossos colegas envolvidos nas reuniões regionais preparatórias para o WTDC. Em Baku, no âmbito da inclusão digital, a Sociedade da Internet e a ICANN organizaram conjuntamente uma recepção informal com café sobre a Coalizão para a África Digital.

A participação foi boa, inclusive com a liderança da ITU e parceiros da coalizão. O Diretor da BDT, Dr. Cosmas Zavazava, e o Secretário-Geral da União Africana de Telecomunicações fizeram discursos de abertura enfatizando a importância das parcerias para alcançar uma conectividade significativa na África.

Agora, passando para o próximo ano, o slide reflete um roteiro dos nossos compromissos com a ITU em 2026. Não vou entrar em muitos detalhes. Uma das principais conclusões é que a ICANN tem uma boa relação colaborativa com a ITU. Talvez vocês se lembrem de que fizemos uma parceria com a ITU para coorganizar sessões informativas para diplomatas em Nova York e Genebra, como parte da série digital da ITU para desmistificar o assunto, no ano passado.

Esperamos que, este ano, também seja assim. Estamos colaborando com o escritório regional de TI da África e a União de Telecomunicação da África esta semana em um webinar conjunto para governos e partes interessadas do continente. E, em 24 de março, participaremos do Fórum de Desenvolvimento Regional Europeu da ITU em Praga, na República Tcheca. Próximo slide, por favor.

Uma das datas mais significativas no nosso calendário de 2026 é a possível conferência de planejamento da ITU, a OPP26. Para entender por que isso importa, precisamos analisar o ano passado. Após a revisão da WSIS+20 na Assembleia Geral da ONU, observamos resultados positivos para a ICANN e para a comunidade da ICANN. O modelo multissetorial foi confirmado e o formato da governança da internet recebeu um mandato permanente.

O PP26 será pioneiro. É a primeira reunião intergovernamental da ITU desde a revisão da WSIS+20 na Assembleia Geral da ONU. E é

lá que os governos começarão a integrar alguns desses compromissos globais em políticas ou ações. Para quem não conhece a estrutura do planejamento, é o órgão supremo de tomada de decisões da ITU.

Acontece uma vez a cada quatro anos e é uma conferência de tratados. Será realizado do dia 9 ao 27 em Doha, no Catar. Esse encontro marca a direção estratégica e financeira da ITU para os próximos quatro anos, então de 2027 a 2030. Eles elegerão a nova liderança e adotarão resoluções que determinam o futuro da política global de ICT.

Os objetivos da ICANN... Bom, essa é uma reunião apenas entre governos. Como membro do setor, a ICANN participará como observadora. Como a nossa missão no PP26 busca resultados que apoiem o modelo multissetorial e a manutenção de uma internet global interoperável. Vamos acompanhar de perto algumas áreas. Especificamente, possíveis resoluções relacionadas a governança e recursos da internet, incluindo nomes de domínio e IDNs. O sucesso em Doha não acontece em novembro. Começa muito antes.

Um volume significativo de trabalho é feito nas reuniões preparatórias da organização regional de telecomunicação. A ICANN vai participar de algumas dessas reuniões regionais. Somos participantes ativos do APT, que é o grupo regional da Ásia-Pacífico, do CITAL, que é o grupo das Américas, e vamos participar

como observadores da União de Telecomunicação da África, o Grupo da África, e o Grupo Europeu, o CPT.

Nosso objetivo aqui é emprestar nossa expertise e embasar os aspectos técnicos e relacionados a políticas do DNS e da internet. Então, isso conclui a minha atualização. Vou passar a palavra a Becky para as perguntas.

BECKY MCGILLEY

Obrigada a todos por essa apresentação ótima. Agora, vamos responder às perguntas do espaço de perguntas e respostas. Por enquanto, temos duas. A primeira é de Joanna Kulesza, do ALAC. "A ICANN está participando do novo mecanismo permanente da ONU estabelecido após a conclusão do grupo de trabalho aberto sobre a segurança e o uso das tecnologias de informação e comunicação em julho de 2025? Se sim, qual é o status atual dos preparativos para o lançamento em março e qual será a função da ICANN?"

ALEXEY TREPYKHALIN

Posso responder a essa pergunta. Agradeço por perguntar, Joanna. O novo mecanismo permanente global ainda não iniciou seus trabalhos, portanto os parâmetros ainda não foram estabelecidos, e planejamos participar da sessão organizacional onde todos esses parâmetros e a estrutura futura serão discutidos. Então, nosso plano é participar e observar como partes interessadas da comunidade técnica. Obrigado.

BECKY MCGILLEY

Obrigada, Alexey. A próxima pergunta é de Anne Aikman-Scalese. "Algum membro do GAC vai defender o modelo multissetorial e a ICANN na reunião da ICANN na ITU em Doha, em novembro?"

JANIS KARKLINS

Acho que eu posso responder. Anne, muito obrigada pela pergunta. Sim, vários membros do GAC estão participando ativamente de diversas reuniões internacionais. Alguns deles participarão do painel geopolítico em Mumbai, falando sobre as lições do processo de revisão da WSIS+20.

Portanto, certamente, mantemos contato próximo com esses membros do GAC durante as reuniões, pois nem sempre nossos representantes têm acesso às salas de reunião onde as negociações estão ocorrendo. Então, eles são os nossos contatos e recebemos informações por meio deles sobre o que acontece nessas negociações. Essa era a resposta, Becky.

BECKY MCGILLEY

Obrigada, Janis. Obrigada pelas perguntas de vocês. Parece que temos tempo para responder a mais algumas perguntas. Michael, pode ativar o microfone e fazer sua pergunta.

MICHAEL PALAGE

Claro. Obrigado. Michael Palage, para registrar. Jamie, esta pergunta é para você. No que diz respeito aos comentários

públicos que a ICANN envia, seja em relação ao comentário mais recente da comissão sobre fraude ou ao aviso de proposta de regulamentação nos EUA, esses comentários são basicamente enviados em nome da ICANN, mas atualmente parecem ser redigidos apenas pela organização ou equipe da ICANN. Vocês acham possível, em consonância com o artigo três, que esses comentários sejam compartilhados com a comunidade da ICANN para pedir feedback antes de serem enviados? Essa é a primeira parte da minha pergunta.

JAMIE HEDLUND

Obrigada pela pergunta, Michael. Estamos sempre procurando mais oportunidades de interagir com a comunidade. Muitas vezes, quando participamos de processos, acreditamos que os comentários que vamos apresentar são totalmente consistentes com os estatutos e a filosofia da ICANN. Então, nós os enviamos e compartilhamos com a comunidade.

Obviamente, esses procedimentos são normalmente abertos ao mundo inteiro e aceitariam a participação de outros membros da comunidade que também quisessem enviar respostas. Sei por experiência própria em relações governamentais que, quando a ICANN participa de um processo de regulamentação ou dialoga com desenvolvedores de políticas, sempre nos fortalecemos com a participação de outros membros da comunidade.

Se houver algo no envio mais recente ou em qualquer outro envio que fizemos com que você discorde, ou se você achar que deveria

ter havido maior reflexão e contribuição da comunidade, espero que você, e sei que você fará isso, levante essa questão, e nós buscaremos oportunidades para isso. Mas a nossa motivação é participar construtivamente desses procedimentos, representar os pontos de vista da ICANN, apoiar a comunidade e fazer isso de forma transparente.

MICHAEL PALAGE

Obrigado, Jamie. E isso se encaixa perfeitamente na segunda pergunta. Então, com relação aos comentários da comissão sobre fraudes, acredito que a ICANN, os registros, os registradores e o grupo constituinte empresarial, todos apresentaram suas contribuições. E observei algumas divergências ou falta de alinhamento entre o que o grupo constituinte empresarial e a parte contratante enviaram.

E isso leva à segunda pergunta. Percebi que a sua equipe entrou em contato com alguns membros da comunidade. Pelo menos com a parte contratante. A ICANN entra em contato de maneira uniforme com todos os grupos de partes interessadas ou apenas alguns deles com relação a esses períodos de comentários?

JAMIE HEDLUND

Acho que depende do período de comentários. Com certeza, não existe o interesse de deixar ninguém de fora, e por isso sempre somos muito transparentes em relação aos nossos envios de comentários. Na verdade, acredito que, com esse e todos os envios de comentários, geralmente avisamos a comunidade que há um

período de comentários aberto e informamos o prazo. E se não conseguirmos entrar em contato com membros específicos da comunidade que possam ter interesse, esperamos que eles entrem em contato conosco porque sabem que há um procedimento ou período de comentários aberto e forneçam feedback.

MICHAEL PALAGE

Obrigado.

JAMIE HEDLUND

Obrigado, Michael.

BECKY MCGILLEY

Obrigada. Ok, temos mais uma mão levantada. Robert, pode fazer sua pergunta.

ROBERT GUERRA

Claro. Publiquei minha pergunta no bate-papo. Sou Robert Guerra, falando em meu nome, mas sou membro do SSAC. Algo que não foi abordado, e que eu gostaria de esclarecer, na medida do possível para que as pessoas pudessem responder à pergunta, é que o governo dos EUA mudou drasticamente sua política externa e sua política de financiamento no último ano.

Eles apoiavam muito diversos fóruns e incentivavam bastante o engajamento na governança da internet. Com o fim desse financiamento, fico curioso para saber a opinião da ICANN e dos participantes desta chamada sobre o possível impacto disso e se a

ICANN poderia preencher a lacuna existente em relação ao papel do governo dos EUA no apoio e na proteção do modelo multissetorial que temos atualmente. Obrigado.

JAMIE HEDLUND

Obrigado, Robert. Agradeço a pergunta. Realmente, há muita preocupação em relação às mudanças nas prioridades e no financiamento do governo. Como você já deve saber, a ICANN participa de discussões e questões governamentais com base no que está previsto no nosso estatuto e atribuições. Normalmente, não nos pronunciáramos sobre decisões de financiamento governamental que não tenham impacto direto na ICANN.

Não aceitamos financiamento de governos e, portanto, não nos envolvemos nesse tipo de discussão sobre alocação de orçamento. Se a ICANN poderia ou deveria assumir ou tentar preencher quaisquer lacunas resultantes de cortes no financiamento governamental de programas e organizações, essa é realmente uma questão para a comunidade.

Existe o programa de subsídios, e é possível que algumas solicitações se enquadrem nele. Mas, fora isso, eu acho que deveríamos procurar a comunidade para nos orientar sobre como usar os fundos da ICANN para suprir quaisquer lacunas.

ROBERT GUERRA

Se possível, tenho mais uma dúvida sobre isso.

JAMIE HEDLUND

Claro.

ROBERT GUERRA

Ótimo. Obrigado por isso. Acho que o outro aspecto era mais sobre como você e outros acreditam que essa mudança ou essa lacuna impactará, talvez no próximo ano, em termos de mudanças no papel da ICANN, e de que maneiras a ICANN e outros na comunidade precisam tentar se defender com mais veemência nos fóruns, já que não contamos mais com esse apoio?

JAMIE HEDLUND

Acho que não entendi bem a pergunta. Você quer saber se a ICANN analisa a decisão individual do governo de gastar...

ROBERT GUERRA

Não. Desculpe, vou tentar reformular a pergunta, não quero insistir, mas a questão é que o grande defensor do modelo pode mudar seu papel, ficar um pouco mais ausente, e isso altera a forma como as coisas precisam ser feitas. Então, quero saber se vocês têm algo para compartilhar em relação a como a ICANN precisa interagir com outras partes interessadas de forma mais robusta, já que a função de um dos agentes mudou.

JAMIE HEDLUND

Desculpe, a qual agente você está se referindo?

ROBERT GUERRA

O agente seria o governo dos EUA.

JAMIE HEDLUND

Ok. Bom, as partes interessadas mudam seu nível de envolvimento com a ICANN constantemente. Por isso, quando identificamos uma lacuna, tentamos descobrir como preenchê-la. Estamos sempre buscando mais envolvimento, e não menos. E a retirada de um agente também pode ter o efeito de abrir espaço para que outros se tornem mais ativos, se possível, de forma construtiva e oferecendo apoio.

Se, por qualquer motivo, uma parte interessada governamental reduzir sua participação, tentaremos entender isso, mas provavelmente não vamos lançar uma campanha para aumentar esse envolvimento. O modelo está aberto à participação de todos e, especificamente, permite que quem tem mais interesse em participar no nível mais alto ou com a maior capacidade possa fazer isso. Não tenho mais nada a dizer sobre isso, mas se você tiver ideias ou dúvidas, compartilhe conosco e vamos analisar.

BECKY MCGILLEY

Obrigada, Jamie. Agradeço as perguntas, Robert. Temos uma mão levantada. [00:54:34 - inaudível], pode falar, por favor.

DESCONHECIDO

[00:54:40 - inaudível].

-
- BECKY MCGILLEY Desculpe, [00:54:51 - inaudível]. O áudio está cortando um pouco. Será que você poderia falar um pouco mais alto?
- DESCONHECIDO Boa noite, senhora. Meu nome é [00:55:01 - inaudível]. Sou estagiário de governança da internet. Estão ouvindo agora? Alô?
- BECKY MCGILLEY Sim, agora está um pouco mais claro. Sim, estamos ouvindo, mas fale um pouco mais devagar.
- DESCONHECIDO Sim, senhora. Só queria fazer uma pergunta. Estou pesquisando a seção sobre abuso do DNS e encontrei dois termos que não estão no âmbito da ICANN de abuso do DNS, são ataques de tunelamento e amplificação do DNS. Vocês poderiam me dizer se essa questão é relevante ou se esses temas, como ataques de tunelamento e amplificação do DNS, podem ser discutidos com alguém na ICANN?
- JAMIE HEDLUND Olá, aqui é Jamie Hedlund novamente. Peço desculpas, não consegui entender muito bem qual era a sua pergunta. Acredito que seja sobre abuso do DNS e, possivelmente, expandir a definição para incluir outros tipos de abusos. Isso está correto?

-
- DESCONHECIDO Sim, senhor, é isso mesmo. Na verdade, o tunelamento de DNS é um ataque que [CONVERSAS PARALELAS].
- JAMIE HEDLUND Tunelamento de DNS. OK, entendi. O tunelamento de DNS não está incluído nas versões atuais dos acordos que temos com operadores de registro e registradores credenciados. Temos um processo de desenvolvimento de políticas analisando dois possíveis requisitos adicionais para registros e registradores impedirem e reduzirem o abuso do DNS.
- O tunelamento de DNS não está incluído, mas recomendo que você participe das discussões da ICANN, principalmente da GNSO, e fale sobre a sua preocupação com o tunelamento de DNS, com argumentos explicando por que ele deveria ser incluído como parte das obrigações para impedir e reduzir o abuso do DNS.
- DESCONHECIDO Muito obrigado, senhor. Obrigado.
- JAMIE HEDLUND Obrigado.
- BECKY MCGILLEY Obrigada a todos. Parece que não temos mais perguntas na fila e mais nenhuma mão levantada. Janis, vou passar a palavra a você para algumas observações finais.

JANIS KARKLINS

Muito obrigada, Becky. Acho que minha tarefa agora é principalmente agradecer aos meus colegas pela apresentação e a todos os participantes. Contamos mais de 140 participantes acompanhando a sessão, com interesse no assunto.

Continuaremos as sessões de interação geopolítica também no ICANN85 em Mumbai, como Jamie já disse na abertura. Participem na segunda, 9 de março, à 13h15 horário local, no salão plenário, para uma conversa sobre as lições que aprendemos do processo da WSIS+20 e como elas poderiam ser usadas daqui para frente. Diferente deste webinar, que tinha o objetivo de fornecer atualizações à comunidade, a sessão de Mumbai será mais um diálogo com a comunidade.

Então, vocês já sabem que teremos vários apresentadores reconhecidos. Não deixem de participar da sessão. Mas, enquanto isso, agradeço o interesse de vocês. Tenham um ótimo dia. Obrigada.

JAMIE HEDLUND

Espero ver todos vocês em Mumbai.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]